

# **Brazilian Journal of Development**

## **Análise das políticas inclusivas para alunos surdos do Instituto Federal Sul-rio-grandense: relação com as políticas inclusivas no âmbito nacional voltadas às pessoas surdas**

## **Analysis of Inclusive Policies for Deaf Students of the Federal Institute of Rio Grande do Sul: Relationship with Inclusive Policies Nationally Targeting Deaf People**

DOI:10.34117/bjdv5n12-277

Recebimento dos originais: 07/11/2019

Aceitação para publicação: 18/12/2019

### **Margareth Kayser Pereira**

Formação acadêmica mais alta: Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT

Instituição: Instituto Federal Sul-Rio-grandense - Charqueadas

Endereço: Endereço: R. Gen. Balbão, 81 - Centro, Charqueadas - RS, Brasil

E-mail: margakayserpereira@gmail.com

### **Lourenço de Oliveira Basso**

Formação acadêmica mais alta: Doutor em Informática na Educação.

Instituição: Instituto Federal Sul-Rio-grandense - Charqueadas

Endereço: Endereço: R. Gen. Balbão, 81 - Centro, Charqueadas - RS, Brasil

E-mail: l.oliveirabasso@gmail.com

## **RESUMO**

O presente artigo objetivou investigar e analisar a Política de Inclusão e Acessibilidade do Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul a fim de identificar como essa instituição compreende e conduz os processos inclusivos voltados às pessoas surdas. Além disso, pretende-se verificar a consonância dos preceitos dessa política com as disposições de normativas. Para o desenvolvimento desse estudo realizou-se pesquisas bibliográfica e documental. A primeira voltou-se a laboração de uma breve revisão bibliográfica sobre processos inclusivos a partir da qual são apresentadas as principais premissas acerca dessa temática. A pesquisa documental, objetivou identificar os preceitos da Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul acerca da inclusão de pessoas surdas. Além disso, analisou-se a sua relação com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com a Lei Federal nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e com o Estatuto das Pessoas com Deficiência, instituído pela Lei Federal nº 13.146/2015.

**Palavras-chave:** Inclusão, Surdos, Políticas inclusivas, IFSul.

## **ABSTRACT**

This paper aims to investigate and analyze the Inclusion and Accessibility Policy of the Federal Institute of Rio Grande do Sul - IFSul in order to identify how this institution understands and conducts inclusive processes aimed at deaf people. In addition, it is intended to verify the consistency of the precepts of this policy with the normative provisions. For the development of this study was carried out bibliographical and documentary research. The first turned to the work of a brief literature review on inclusive processes from which the main premises about this theme are presented. The documentary research aimed to identify the precepts of the IFSul Inclusion and Accessibility Policy regarding the inclusion of deaf people. In addition, its relationship with the National Policy of Special Education in the Inclusive Education Perspective, with Federal Law No. 10.436 / 2002, which

recognizes Libras as a legal means of communication and the Statute of Persons with Disabilities, instituted, was analyzed. Federal Law No. 13,146 / 2015.

**Key words:** Inclusion, Deaf, Inclusive Policies, IFSul.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente estudo tem por objetivo investigar e analisar a Política de Inclusão e Acessibilidade do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) a fim de identificar como essa instituição compreende e conduz os processos inclusivos voltados às pessoas surdas, bem como verificar a consonância dos preceitos dessa política com as disposições federais.

A inclusão tem por premissa a superação das barreiras excludentes da sociedade que impedem a participação de todos na dinâmica social. O ambiente escolar faz parte dessa dinâmica, fazendo-se necessária a proposição de estudos que investiguem como as instituições trabalham para possibilitar a inclusão de pessoas com deficiência (PcDs).

Quanto às pessoas surdas, as barreiras que impedem sua participação em uma escola não são físicas, mas sim de comunicação. Essas pessoas se comunicam através da Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida pela Lei Nacional nº 10.436/2002 como meio legal de comunicação e expressão dos surdos (BRASIL, 2002). Propor um estudo cujos fenômenos de pesquisa sejam a pessoa surda e as políticas públicas que visem a sua inclusão possuem relevância tanto para a comunidade surda, quanto para toda a sociedade, pois toda política pública precisa ser avaliada pelos representantes da sociedade.

Para o desenvolvimento deste estudo realizou-se pesquisas bibliográfica e documental. A primeira voltou-se à elaboração de uma breve revisão bibliográfica sobre processos inclusivos, sendo apresentadas premissas acerca dessa temática. A pesquisa documental objetivou identificar os preceitos da Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul destinados às pessoas surdas. Além disso, propõe-se uma análise da relação dessa política do IFSul com Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com a Lei Federal nº 10.436/2002 (reconhecimento da Libras) e com o Estatuto das Pessoas com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015).

## **2 PREMISSAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ENFOQUE NA EDUCAÇÃO PARA PCDS**

A educação a partir do paradigma inclusivo requer a superação de alguns pressupostos para que os espaços escolares deixem de ser excludentes. O percurso histórico desses espaços foi reconhecido, por um longo período, como destinado a poucas pessoas, situação coerente às relações e organizações sociais vivenciadas em cada momento histórico.

Após a Primeira Revolução Industrial, foram identificados os primeiros movimentos para rompimento com a perspectiva excludente das instituições de ensino, decorridos das diversas mudanças sociais vivenciadas nesse período. Saviani (2007, p.159) explica que essa Revolução, ao colocar a máquina no centro do processo de produtivo, ocasionou mudanças nos sistemas de ensino, correspondendo também a uma Revolução Educacional, que erigiu a escola em forma principal e dominante de educação.

Essa Revolução resultou na abertura da escola para as classes mais pobres, as quais se tornariam a mão de obra exigida pelas indústrias, suprimindo a carência de pessoas qualificadas. Todavia, para BEYER (2013, p. 13) a história demonstra que a escola nunca foi reconhecida como um espaço para todos, pois de alguma forma sempre houve algum tipo de seleção:

Na antiguidade apenas os ricos podiam usufruir de uma educação escolar. Na idade média a educação formal tornou-se um privilégio dos alunos dos mosteiros e dos filhos da nobreza [...]. Durante a renascença, a educação tornou-se um instrumento de ascensão social, com certeza para a burguesia. Somente com a introdução da obrigatoriedade escolar (na Europa) abriu-se também para as crianças do povo o acesso à educação formal. Porém, as possibilidades de ascensão econômica e social [...] não se alteraram. (BEYER, 2013, p. 12 e 13).

Nesse panorama, cabe a reflexão sobre as PcDs – “aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (ONU, 2007). Coincidiu com a Segunda Revolução Industrial o fortalecimento do modelo clínico, no qual as PcDs passaram a serem vistas como doentes, com alguma patologia que as impossibilitava de viver uma vida normal. Nessa perspectiva, esses sujeitos eram incapazes para o trabalho, não havendo a necessidade de educá-las, nunca se tornariam uma mão de obra que as fábricas requeriam. Carvalho (2007, p. 18) esclarece que, segundo esse modelo, as limitações estão diretamente vinculadas à deficiência, reconhecendo as PcDs como “enfermas ou incapazes”. Patologia e deficiência se confundem, e essas limitações, como “não ver”, por exemplo, impedem uma vida “normal” em sociedade.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2007), ao adotar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, reconheceu que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. A partir dessa acepção, considera-se que a deficiência não está vinculada à pessoa, mas decorre das barreiras impeditivas que sociedade apresenta.

Para Beyer (2013, p. 13), a escola é um exemplo de ambiente onde se percebe o impedimento da plena participação de todos, pois sempre, de alguma maneira, foi dirigido para as crianças

selecionadas. Assim, para esse autor, uma escola para todos nunca existiu, uma vez que esse cenário vai de encontro ao que se compreende por escola inclusiva “aquela que não determina distinções de espécie alguma, no que tange às características diversificadas de aprendizagem de seus alunos.” (BEYER, 2013, p. 15).

O paradigma inclusivo, apesar dessa forte crítica de Beyer (2013), é reconhecido como uma perspectiva que entende a educação como um direito de todos, independentemente das condições físicas ou sociais dos alunos. Esse direito deve ser entendido para além de garantia de acesso no sentido de ingresso, devendo contemplar, sobretudo, as condições que garantam aos estudantes acessibilidade aos diferentes ambientes e currículos escolares. Nesse sentido, uma escola inclusiva precisa eliminar todas as barreiras excludentes e proporcionar educação de qualidade a todas as pessoas, sem qualquer exceção.

### **3 POLÍTICAS INCLUSIVAS DO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE: UM ENFOQUE PARA INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS E SUA RELAÇÃO COM DISPOSITIVOS LEGAIS**

O Instituto Federal Sul-rio-grandense integra a rede federal de educação profissional e tecnológica, instituída pela Lei Federal nº 11.892 de 2008. No entanto, a origem do IFSul tem como base a Escola Técnica de Pelotas (EPT), criada no ano de 1942, a qual já funcionava como Instituto Profissional Técnico nos 10 anos anteriores. Atualmente, a instituição conta com quatorze câmpus, tendo a sua sede administrativa localizada no município de Pelotas/RS e ofertando cursos em diversos níveis de ensino: ensino médio integrado, PROEJA, técnico subsequente, pós-graduação *latu-sensu* e *strictu-sensu*.

Essa instituição, considerando todo o seu tempo de existência, vivenciou períodos de significativas mudanças de paradigmas na educação, como a transição de uma escola excludente para uma escola inclusiva. No ano de 2016, através da publicação da Resolução nº 51/2016 pelo Conselho Superior do IFSUL, foi instituída a Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, a qual objetiva orientar “ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e para pessoas com deficiência e defesa dos direitos humanos.” (IFSUL, 2016, p. 01). Essa política elenca alguns conceitos, seguindo os dispostos no Estatuto das Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Especificamente em relação às pessoas surdas, merece destaque ao que se entende por comunicação:

Forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os

dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações. (IFSUL, 2016, p. 03)

Esse conceito demonstra concordância ao disposto na Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão dos surdos. Nesse sentido, é primordial, ao se estruturar ações inclusivas voltadas às pessoas surdas, compreender a comunicação a partir do conceito supracitado. Identifica-se que a Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul baseia-se nessa prerrogativa, pois tem entre seus objetivos a proposta de “garantir que o processo de ingresso de estudantes surdos seja realizado por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras)” (IFSul, 2016, p. 07), adotando como ação para a permanência e êxito dos estudante surdo a disponibilização de intérpretes de Libras para os durante todo o percurso educacional.

Para garantir o direito das pessoas surdas se comunicarem e se expressarem, há a previsão legal da presença de Intérprete de Libras nos ambientes escolares. Apesar da publicação da Lei 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5626/2005, foi apenas no ano de 2010, a partir da publicação da Lei nº 12.319/2010, que a profissão Intérprete de Libras foi reconhecida. Nessa Lei também constam as atribuições desse profissional, da quais se destaca: “interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares”. (BRASIL, 2010, p. 01).

Embora o IFSul tenha elencado no ano de 2016 formas de ingresso e ações de permanência a partir disponibilização de intérprete de Libras, desde a publicação do Decreto Federal nº 5626/2005 há a previsão de que as instituições federais de ensino devem garantir às pessoas surdas acesso à comunicação, conforme disposto em seu texto:

Art. 14 As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação. (BRASIL, 2005, p. 4)

O Estatuto da Pessoa com Deficiência afirma que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015, p. 03). Corroborando com essa prerrogativa, a política de inclusão do IFSul apresenta alguns princípios norteadores, os quais abrangem diversos enfoques, todos expressando respeito à igualdade e à liberdade de aprender. A universalização da educação inclusiva é um desses princípios, propondo retomar ao que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da

Educação Inclusiva orienta. É importante registrar que essa Política Nacional foi emitida pelo MEC no ano de 2008, identificando-se uma lacuna temporal entre ela e a criação da política de inclusão do IFSul.

A política do IFSul prevê a constituição de uma comissão para avaliar sua implantação, a qual deve ter também caráter propositivo. Como elemento inclusivo voltados às pessoas surdas se identifica que a essa comissão cabe “garantir a qualidade do serviço de tradução e interpretação de Libras através do trabalho em dupla dos profissionais Tils” (IFSul, 2016, p. 12).

Nas disposições finais desse documento são listados os dispositivos legais e normativos que o amparam, constando àqueles que esse artigo se propôs a analisar em relação aos preceitos da Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul. Dessa forma, é possível inferir que as disposições da Lei Federal nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002) e do Estatuto das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2015) foram norteadores à estruturação da política inclusiva do IFSul. As análises desses documentos também demonstram que seus objetivos e princípios foram definidos em consonância a essas normativas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Muitos dos elementos elencados na Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, publicada no ano de 2016, são identificados em normativas federais publicadas anteriormente, observando-se uma lacuna de tempo entre as suas publicações, por exemplo, o reconhecimento da Libras, pela Lei 10.436/2002, como meio de comunicação e expressão das pessoas surdas. A pesquisa documental aqui proposta não possibilitou compreender em profundidade em que contexto o IFSul elaborou sua política inclusiva, mas permitiu identificar que para além de definir seus princípios e diretrizes, objetiva elencar ações que visem além do ingresso de seus alunos, pois propõe também ações que visem promover a permanência desses na escola.

A partir da historicidade das políticas públicas voltadas às pessoas surdas, pode-se afirmar que a inclusão de pessoas surdas é um movimento recente. A publicação do Decreto Federal nº 5626/2005 trouxe a regulamentação da Lei 10.436/2002, que estabeleceu as orientações sobre o uso da Libras, momento marcante à comunidade surda. Uma das hipóteses para o IFSul ter publicado apenas no ano de 2016 sua política inclusiva pode estar relacionada à identificação da necessidade apenas nesse momento, considerando que os sujeitos surdos chegaram à idade para ingressarem em cursos ofertados por essa Instituição. Todavia, para comprovar essa hipótese, faz-se necessário um novo estudo em que se disponha uma pesquisa com abordagem qualitativa, na qual sejam ouvidas as pessoas envolvidas com essa política.

**REFERÊNCIAS**

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)> Acesso em: 09 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 09 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 set. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm)> Acesso em: 09 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)> Acesso em: 27 jul. 2019.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2007.

IFSUL. **Regulamento da Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul**. Pelotas, RS, 6 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/241-resolucao-51-2016>> Acesso em: 27 jul. 2019

ONU. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/disabilities/resources/general-assembly/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities-ares61106.html>> Acesso em: 27 jul. 2019



SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v.12, n.32, p. 52-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2019.